



Reforma dos Servidores Civis



Mapa Estratégico do Governo

Estado Sustentável



Buscar o equilíbrio fiscal, otimizando os gastos e maximizando as receitas.



Aumentar a capacidade de investimento.



Qualificar e incrementar a prestação de serviços, formando parcerias com o setor privado e 3º setor.

Governança e Gestão



Garantir o alinhamento estratégico em todos os níveis do Governo.



Aprimorar os mecanismos de transparência.



Promover a articulação regional e a participação social.



Valorizar e desenvolver o servidor público.



Modernizar e desburocratizar os processos.

Sociedade com Qualidade de Vida



Aumentar a segurança e o combate ao crime.



Qualificar o aprendizado para a nova economia.



Promover a sustentabilidade ambiental.



Promover a inclusão social e o espírito de cidadania.



Prestar assistência à saúde, fortalecendo a promoção e a prevenção.

Desenvolvimento Empreendedor



Agilizar as soluções ao cidadão por meio do Governo Digital.



Fortalecer o desenvolvimento regional.



Fomentar a nova economia e promover a inovação em setores tradicionais.



Adequar o modelo tributário com foco na competitividade.



Fomentar um ambiente de negócios mais ágil e simples.



Reduzir custos logísticos e de transporte e melhorar a infraestrutura.

EVOLUÇÃO SEM RUPTURA, QUE SUPERA O DISCURSO DA CRISE E RECUPERA A ESPERANÇA E A AUTOESTIMA ...

... QUE LEVE O RS PARA UM NOVO PATAMAR DE COMPETITIVIDADE, TIRANDO O ESTADO DA ERA ANALÓGICA, RUMO À ERA DIGITAL, COM A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL ...

... E A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.



SERVIÇOS PÚBLICOS MODERNOS E ÁGEIS



ESTADO COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL



UMA SOCIEDADE PRÓSPERA



RESUMO EXECUTIVO

Maiores Impactos

Vantagens Temporais – Cíveis e Militares

Incorporações de Funções (FG, AS, GE e GD) – Cíveis e Militares

Redução na Gratificação de Permanência – Cíveis

Redução no Abono de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo (AIPSA) – Militares

Maiores Aportes

Abono Família

Vale Refeição

Magistério

Previdência

Ampliação da base de Cálculo das Contribuições de Inativos

Alteração de Alíquotas para Regime Progressivo

Aplicação dos parâmetros de Inatividade da PEC 06/2019 e do PL 1645/19 (Servidor Federal Civil e Militar)

IMPACTO FISCAL EM 10 ANOS:

R\$ 25 bilhões



POR QUE REFORMAR?

Cenário Esperado

Redução do **Crescimento Vegetativo da Folha e paralisação do crescimento das despesas** de pessoal acima da receita corrente líquida



Possibilidade de **reposição de pessoal, com menor pressão fiscal** ao Estado;

Adequação e **preparação para retornar aos limites efetivos** de despesa de pessoal, conforme a lei de responsabilidade fiscal, e a **retomada de investimentos**

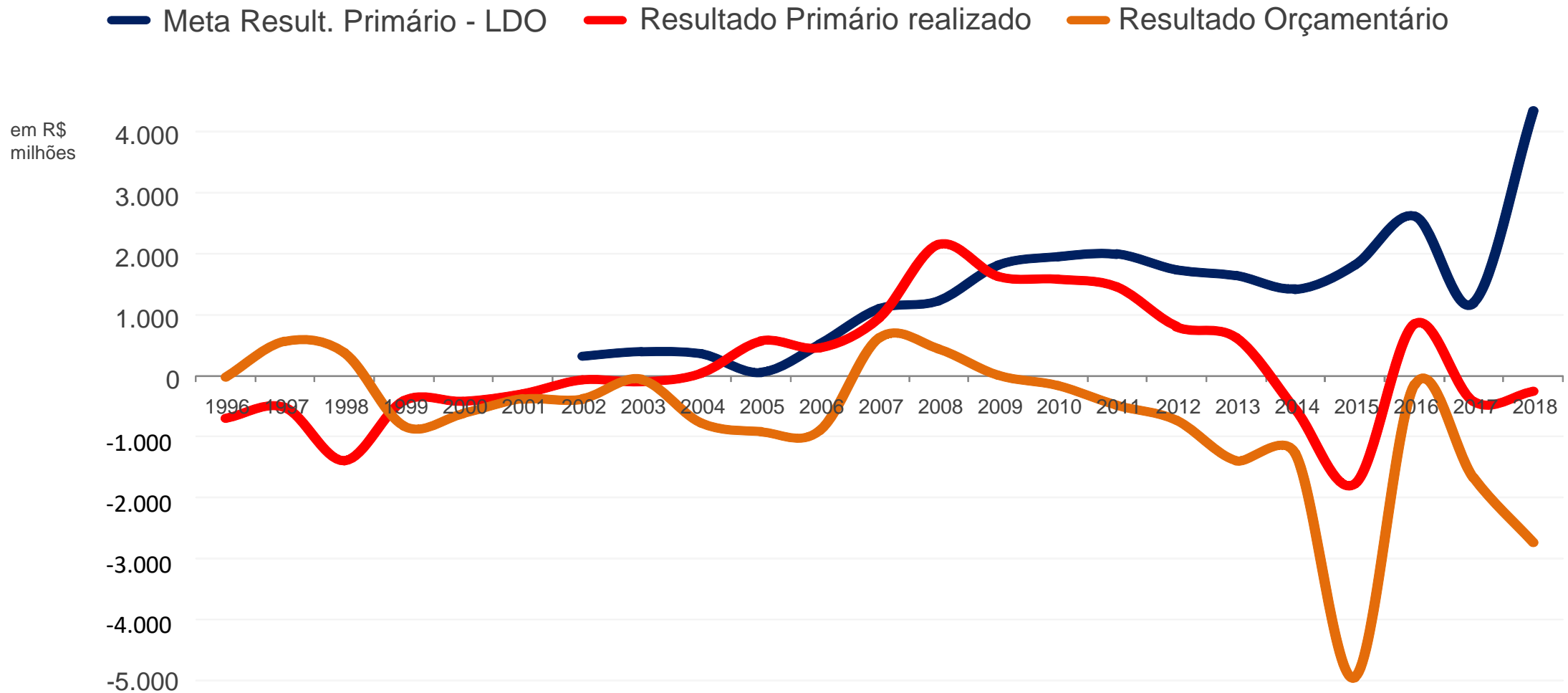


Desenvolvimento de política efetiva de gestão de pessoas, com **modernização e transparência.**



CENÁRIO FISCAL DO RS

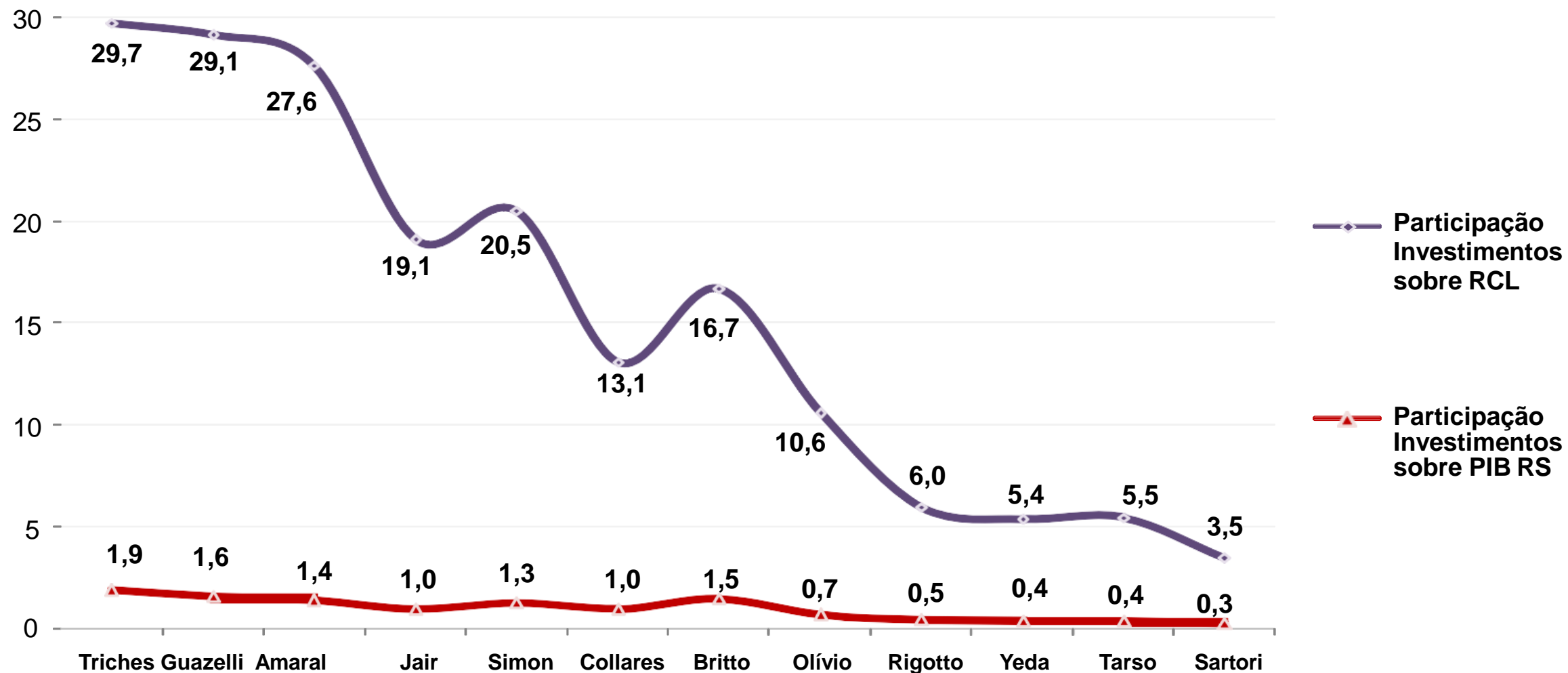
Evolução dos Resultados Fiscais (1996-2018)



Obs.: A meta de resultado primário foi introduzida na LDO a partir da LRF em 2001.



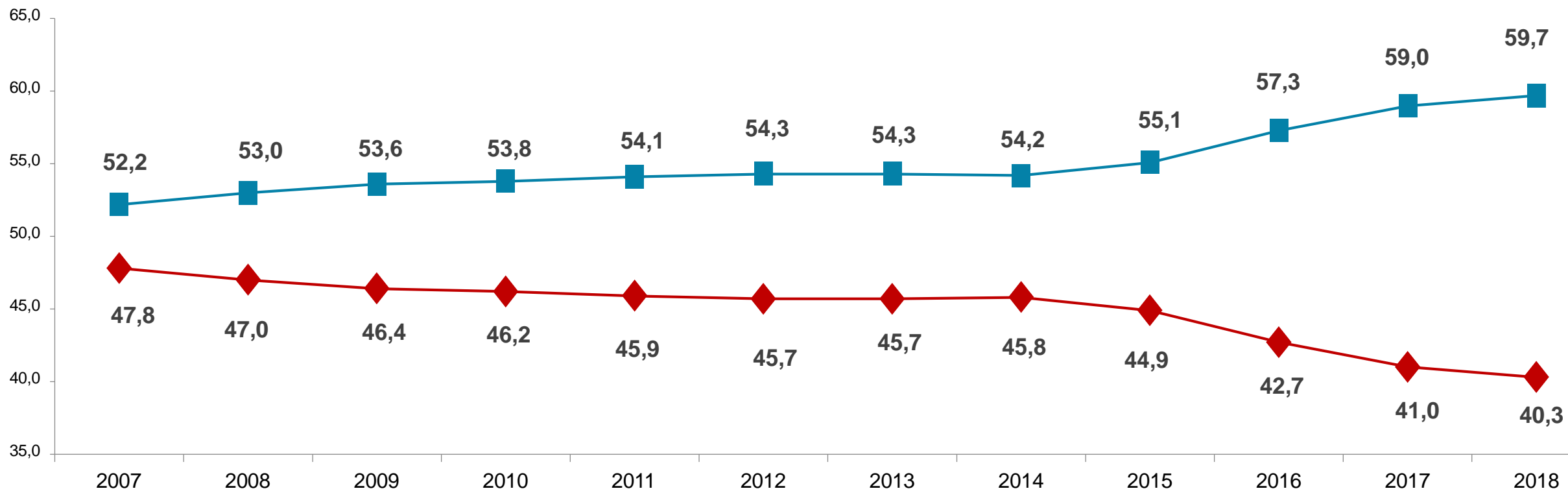
Investimentos por Governo em relação a RCL e PIB



Remuneração de pessoal por situação

◆ % Remuneração Pessoal Ativo

■ % Proventos Inativos e Pensionistas

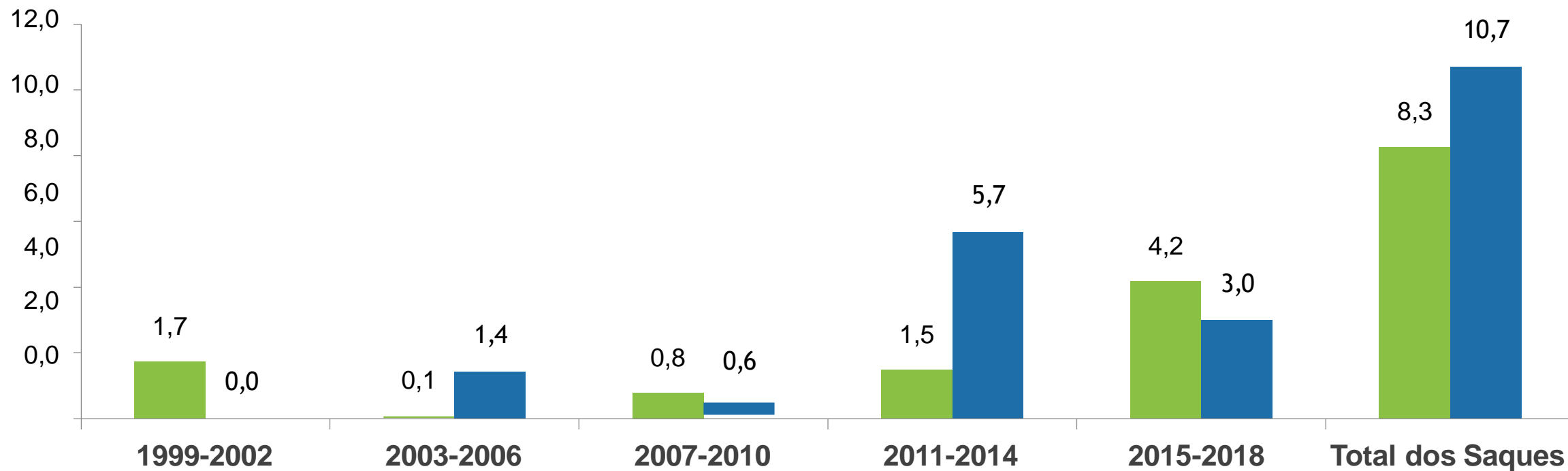


Saques do Caixa Único e Depósitos Judiciais

■ Saques do Caixa Único

■ Saques dos Depósitos Judiciais

Em bilhões de R\$



**DÍVIDA COM UNIÃO
R\$ 7 BILHÕES
ACUMULADOS DESDE
AGOSTO DE 2017**

**PRECATÓRIOS
R\$ 1,9 BILHÃO ANO
DESDE JAN. 2019**

Não estivessem essas liminares em vigor, Estado estaria pagando atualmente os salários de fevereiro de 2019



**Regime extraordinário encerra-se em
2020 e garante atualmente cerca de
R\$ 3,5 bilhões brutos**



LEI ORÇAMENTÁRIA 2020

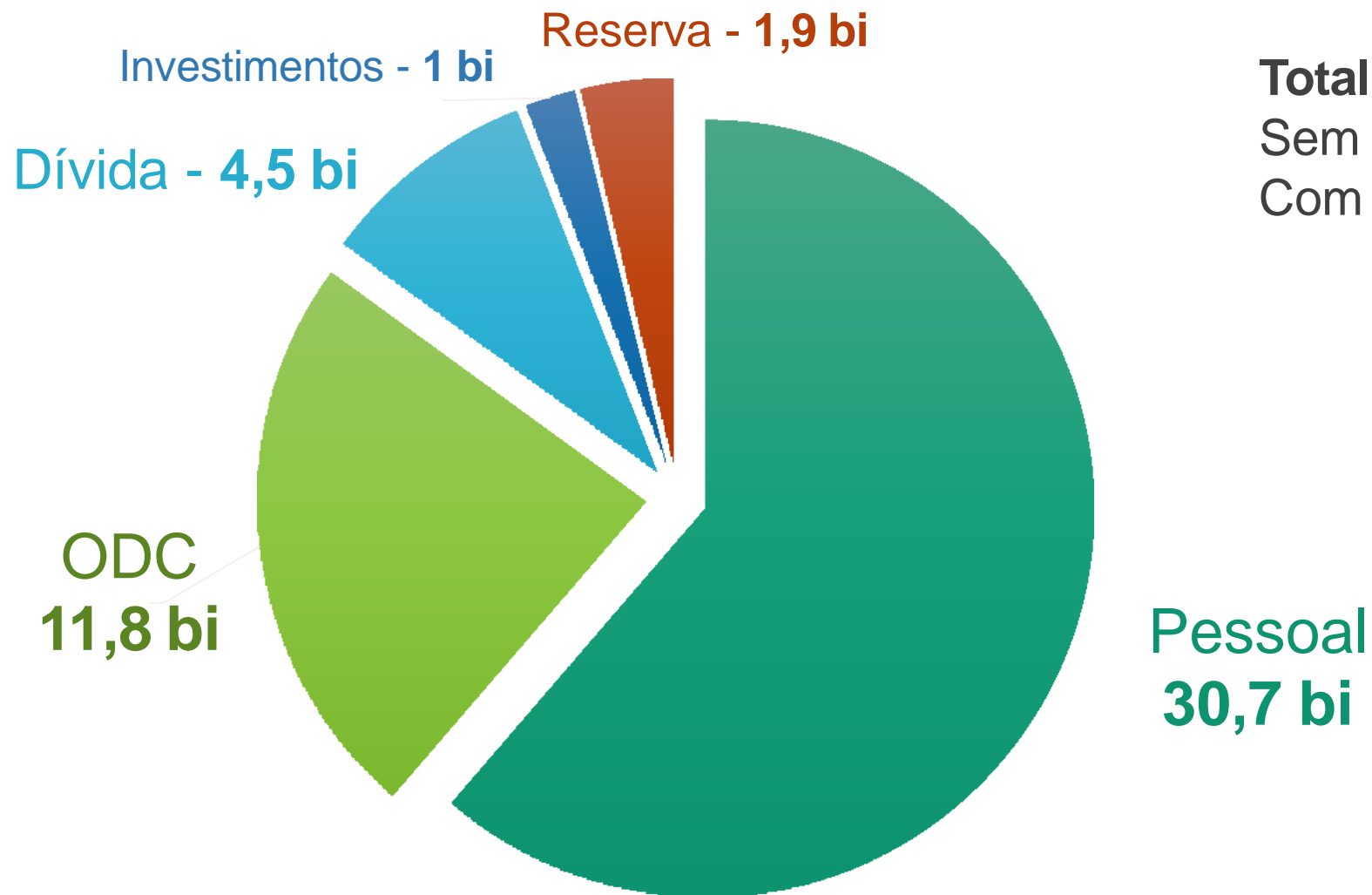
PLOA 2020 - resumo

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	VALORES (em bilhões)
TOTAL RECEITAS	61,2
TOTAL RECEITAS SEM INTRA	44,9
TOTAL DESPESAS	66,4
TOTAL DESPESAS SEM INTRA	50,1
Receitas e Despesas intraorçamentárias	16,3
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(5,2)



Despesas Totais Orçamento 2020 (GND)

Rigidez Orçamentária



Total de Despesas:

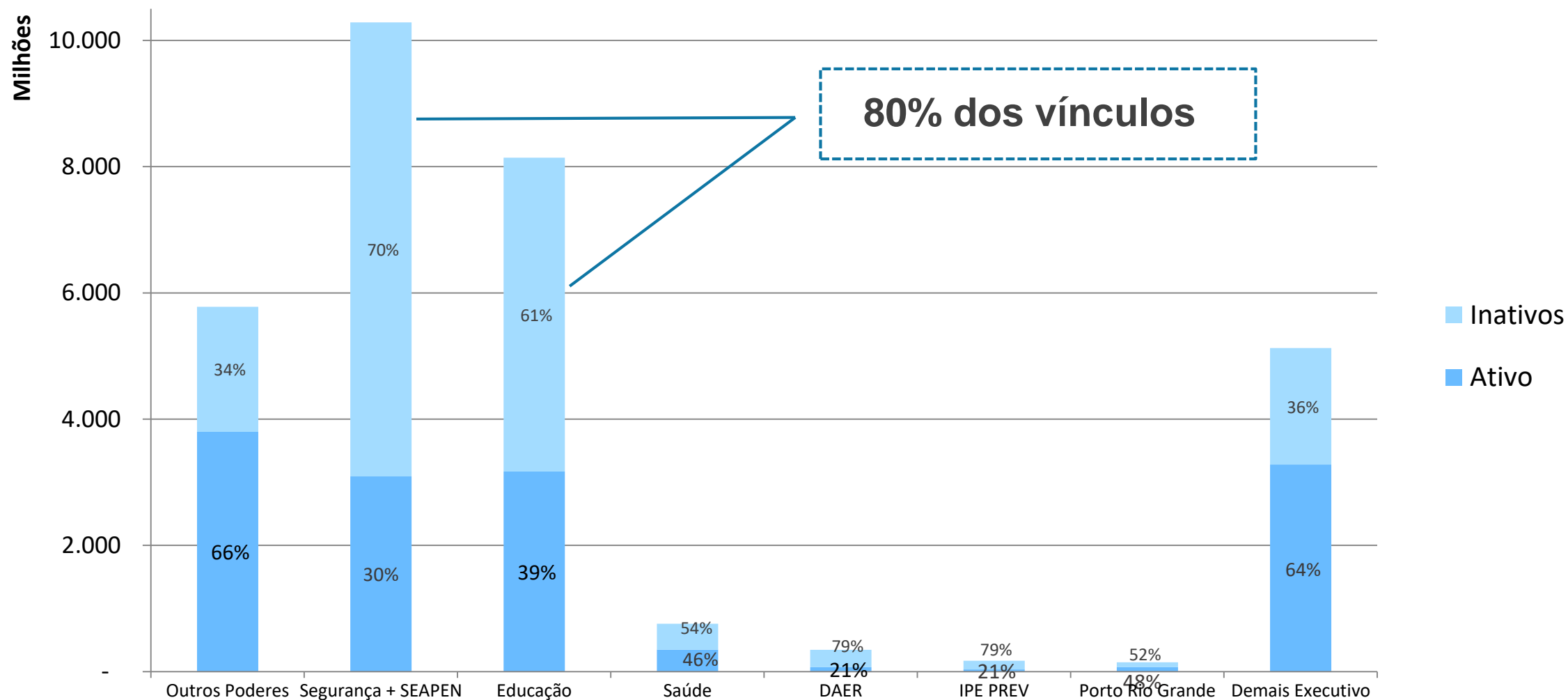
Sem intra = **50,1 bi**

Com intra = **66,4 bi**

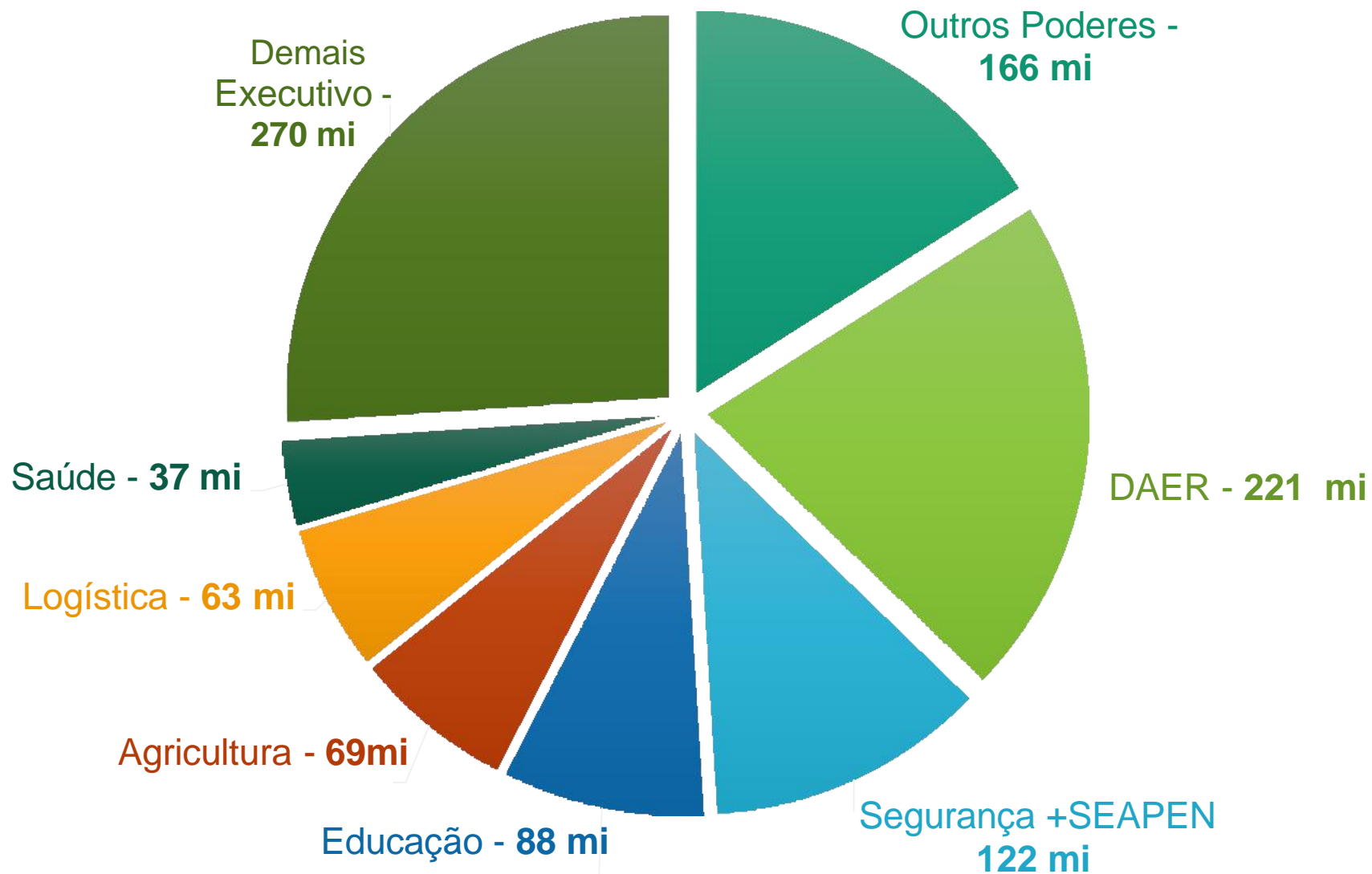


Despesa de Pessoal Orçamento 2020

proporção ativos X inativos por órgão selecionado



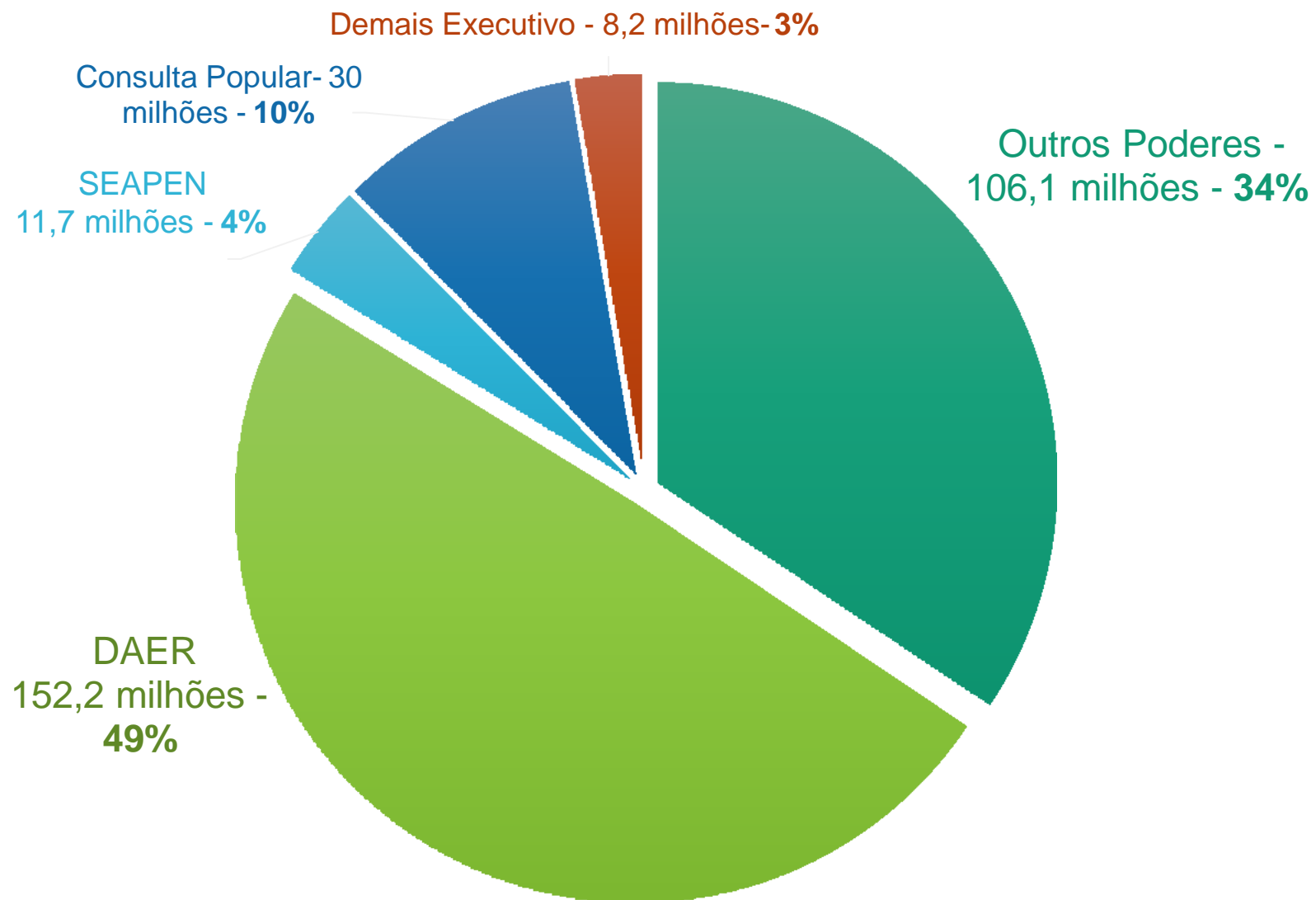
Investimentos Orçamento 2020



Total Investimentos:
1,0 bi



Orçamento 2020 – Investimento Tesouro-Livre



**Investimento total
Tesouro-Livre:
308,3 milhões**



PESSOAL

Força de trabalho do Poder Executivo



Homens: **47.721**



Mulheres: **80.204**



% de Nível Superior: **68,8%**



Idade:

- Média de Idade: **51**
- 46 anos ou mais: **46,27%**

127.925 mil

Vínculos ativos

163.983 mil

Vínculos inativos

45.066 mil

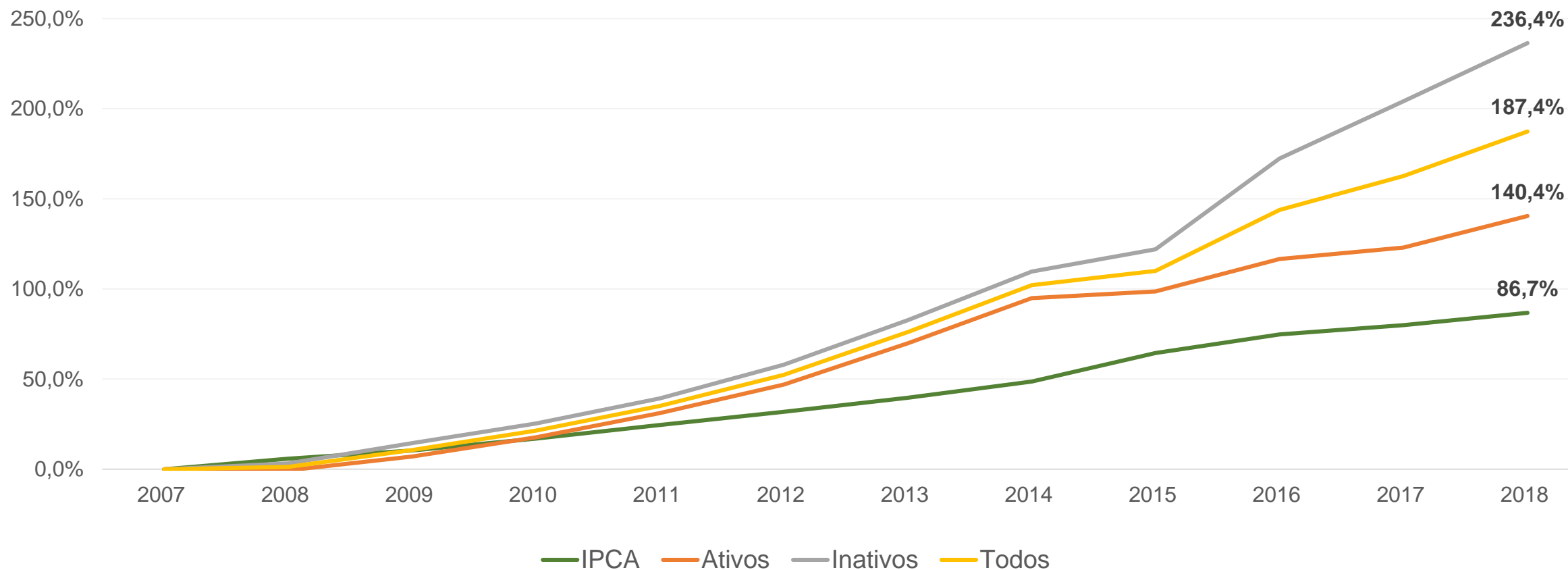
Pensionistas

ATIVOS



DESPESA PODER EXECUTIVO

Crescimento Nominal Acumulado da Despesa com Folha de Pagamentos (Vínculos Ativos e Inativos, 2007 a 2018)

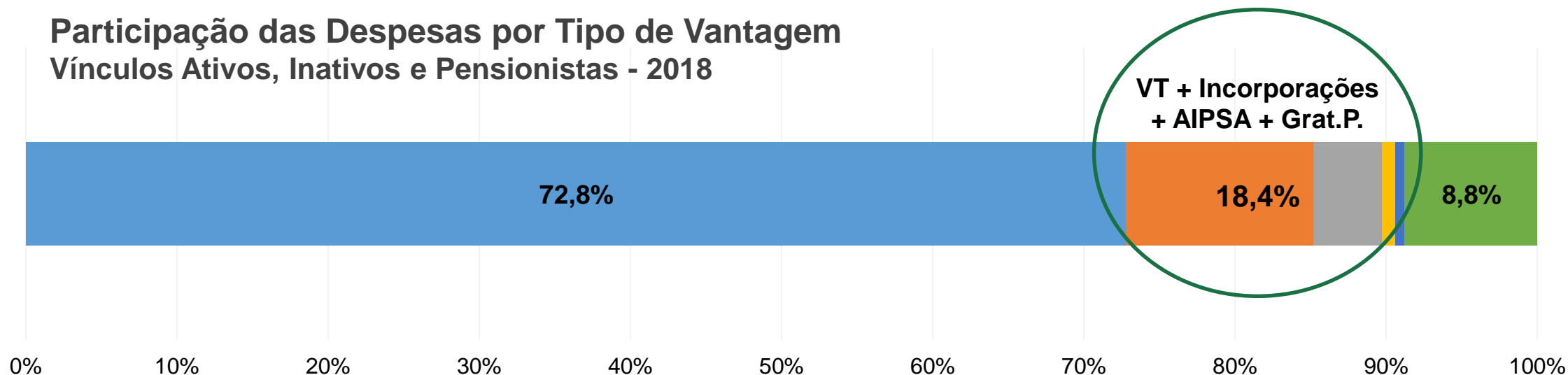


Notas: incluem administração direta e indireta, apenas poder executivo, exceto defensoria pública e fundações. Não estão considerados contrapartidas de VR e VT. Não estão incluídas obrigações patronais com RGPS e RPPS. Incluem valores mensais, retroativos e pretéritos, VT e VR e 13º salário. **Nesta análise, não estão incluídas despesas com o IPE (pensionistas).** Inativos incluem despesas com pensões vitalícias especiais. Fonte: Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.



DESPESA PODER EXECUTIVO

Participação das Despesas por Tipo de Vantagem Vínculos Ativos, Inativos e Pensionistas - 2018



- Vencimentos, Subídios, Risco de Vida, Pensões, Férias e 13º salário
- Vantagens Temporais
- Gratificações
- Funções Gratificadas Incorporadas
- Gratificação de Permanência e AIPSA
- Outros

Tipo de Vantagem	Despesas - 2018
Vencimentos, Subídios, Risco de Vida, Pensões, Férias e 13º salário	16.248.846.005
Vantagens Temporais	2.769.422.550
Gratificações	1.002.400.653
Funções Gratificadas Incorporadas	207.162.311
Gratificação de Permanência e AIPSA	137.197.462
Outros	1.955.212.320
TOTAL	22.320.241.301

Notas: administração direta e indireta do Poder executivo, exceto Defensoria Pública e Fundações. Não estão considerados contrapartidas de VR e VT. Não estão incluídas obrigações patronais com RGPS e RPPS. Incluem valores mensais, retroativos e pretéritos, VT e VR e 13º salário. Estão incluídas despesas com pensionistas (IPE) e com pensões vitalícias especiais. Fonte: Sistema de Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul.



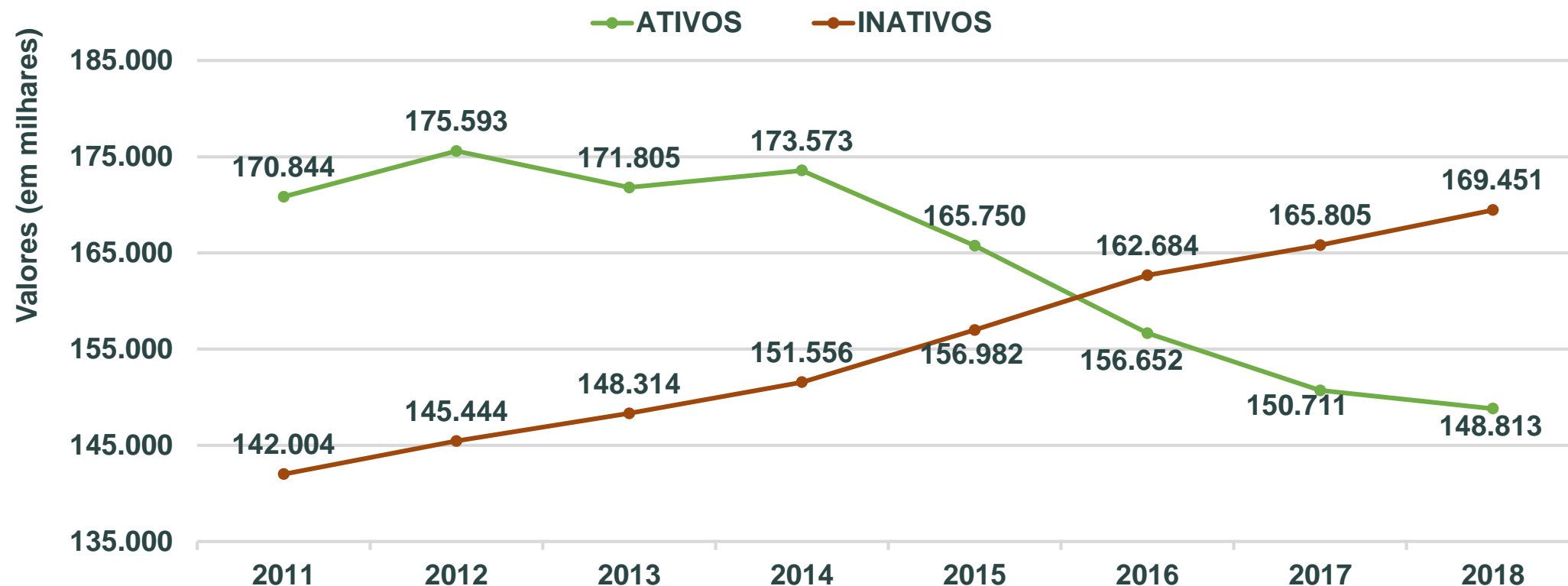
SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Histórico da dos vínculos Ativos e Inativos

Todos os Poderes // 2018

1.

A Previdência
Pública no RS

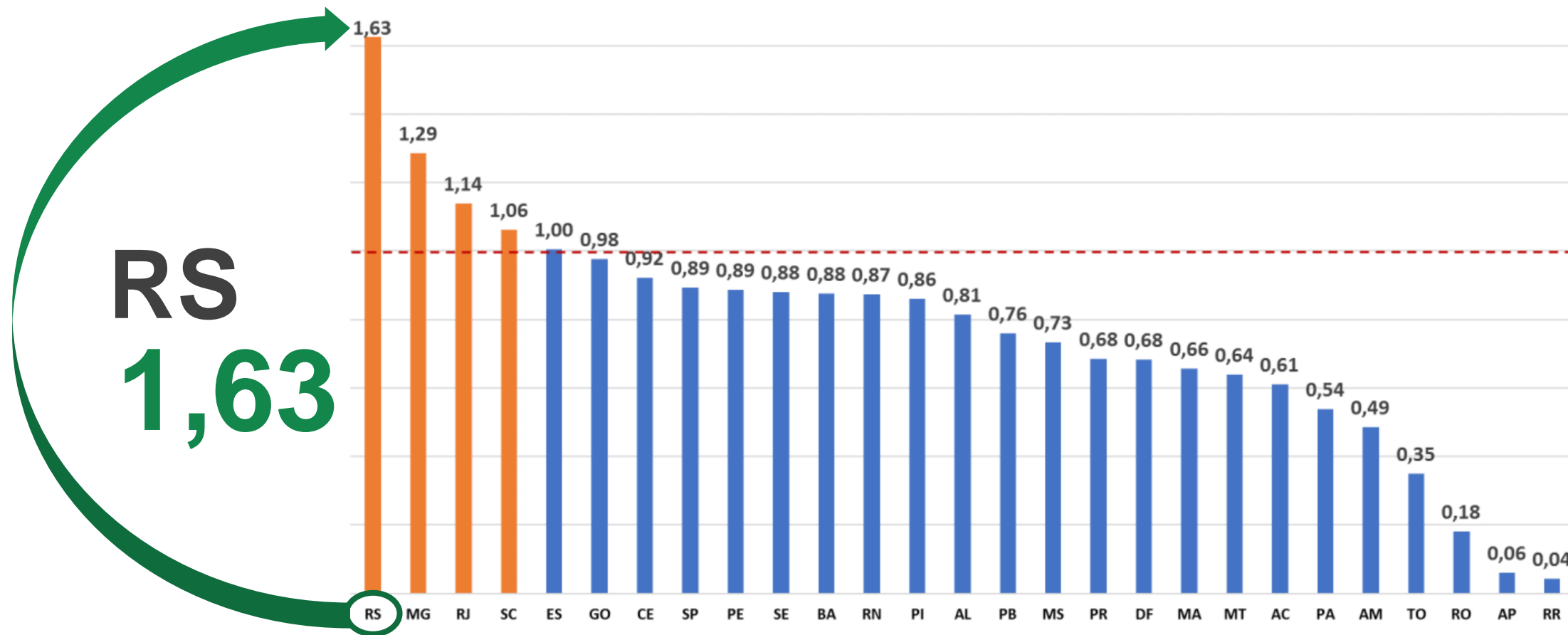


+ 44mil
Pensionistas



Razão de aposentados e pensionistas por ativo

1.
A Previdência
Pública no RS



Para cada servidor ativo, há no RS 1,63
aposentados ou pensionistas

Fonte: Secretaria da Previdência. Dados de 2017. Elaboração FIRJAN.



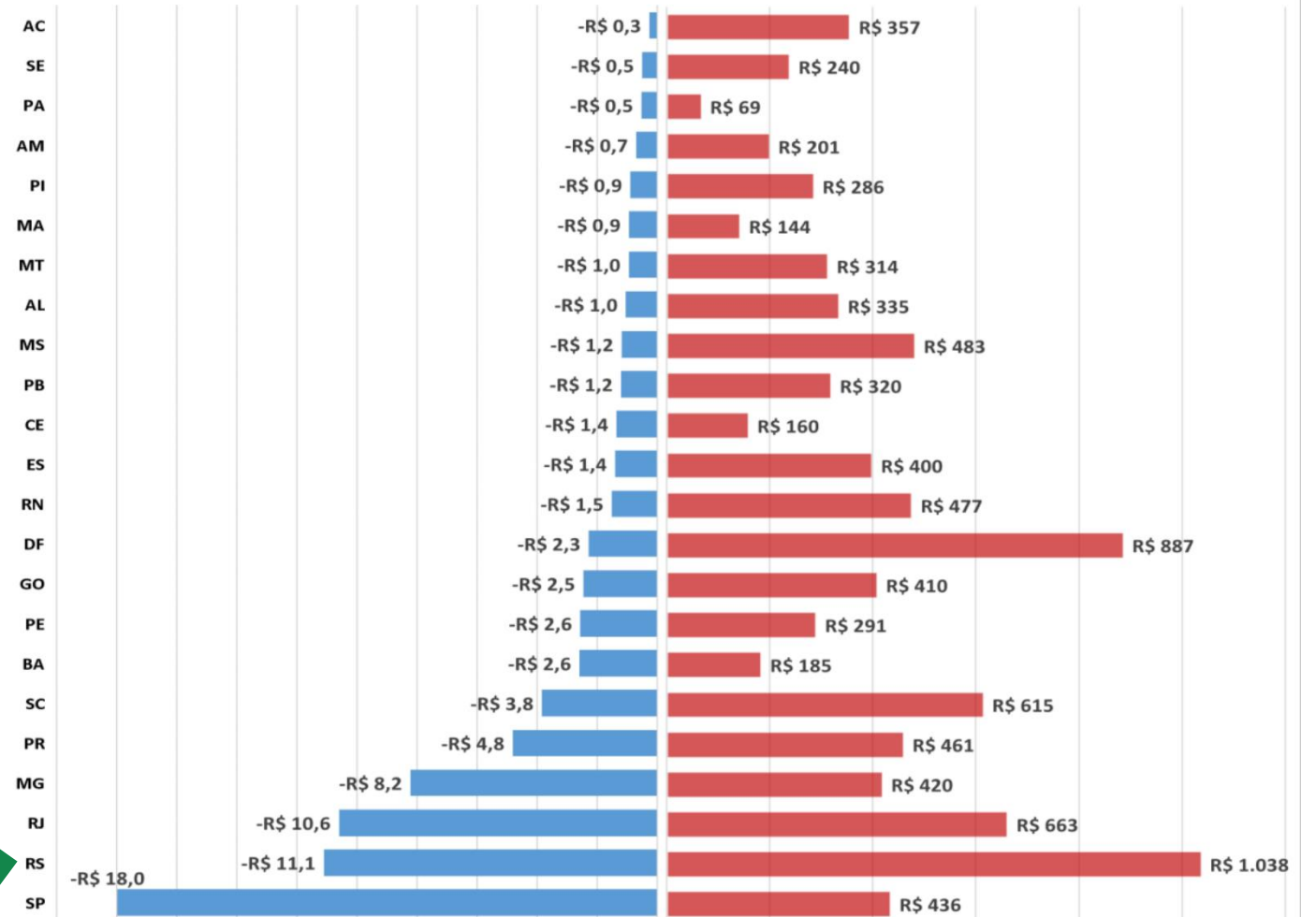
Custo previdenciário por habitante



2,25X Paraná
2,4X São Paulo
2,47X Minas Gerais

Déficit Previdência 2017 (R\$ bi)

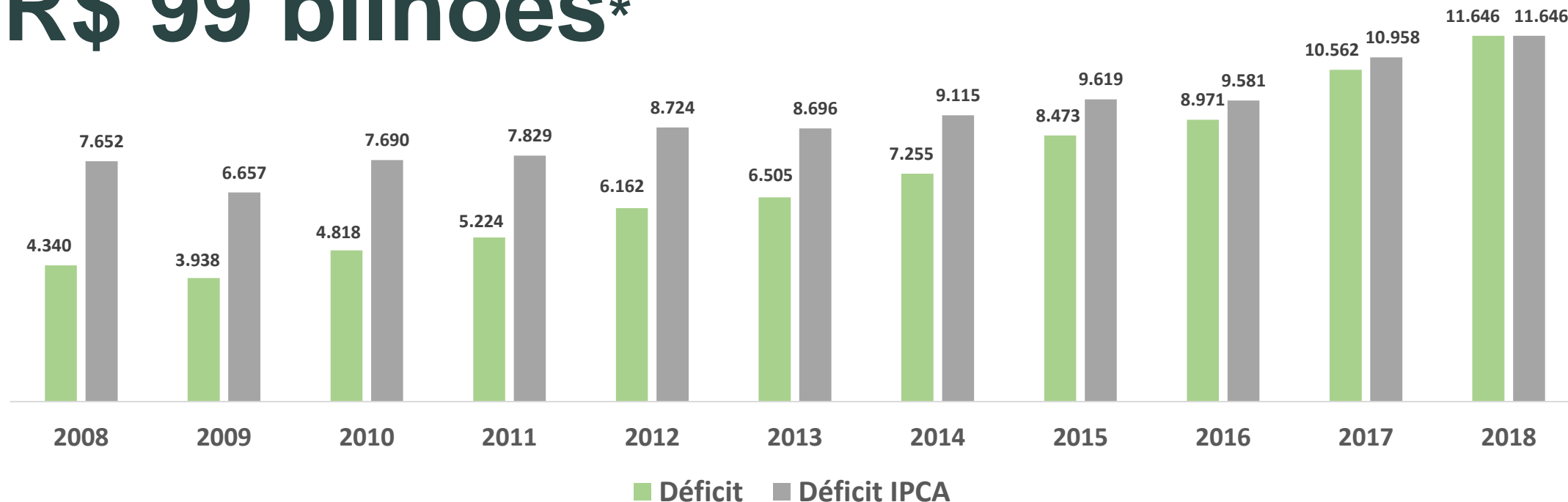
Custo por habitante



Fonte: Secretaria de Previdência, 2017. Elaboração Firjan.



R\$ 99 bilhões*



*Déficit acumulado 2008-2018 corrigido pelo IPCA

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária
(RREO – Anexo 4 – LRF, Art. 53, Inciso II).

2º quadrimestre 2019 = R\$ 8,1 bilhões

Projeção 2019 = R\$ 12,35 bilhões



Resultado Actuarial
(longo prazo)

Déficit
R\$ 373,5 BI

(sendo R\$ 250,3 BI - civis)

**EFEITO DA REFORMA
DA PREVIDÊNCIA:**
-R\$ 86 BILHÕES

*Fonte: Relatório da Reavaliação Actuarial do IPE Prev – 2019. Elaborado pela Divisão de Governo do BB S.A.
Data-base: 31/12/2018*



MITOS

“Acabar com incentivos fiscais garantiria R\$ 9,7 bilhões de ICMS”

A atual gestão inaugurou **uma nova forma de transparência e de governança** dos incentivos

R\$ 5,1 bi

ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE

- **R\$ 3,3 bi meramente formais:**
- Isenções operacionais (cargas, vasilhames, compras pelo setor público)
- Isenções na compra de insumos agropecuários (agrícolas e pecuários) que seriam compensados pelos produtores caso revertidos
- Redução de carga tributária por decisão nacional do Confaz (cesta básica, automóveis)

R\$ 1,6 bi

MICROEMPRESAS

- Registro da renúncia do **Simplex Nacional e do Simplex Gaúcho**

R\$ 3,0 bi

CRÉDITOS PRESUMIDOS

- Principal linha de incentivo econômico ao setor privado;
- Cerca de 1/3 refere-se a **contratos assinados com prazo fixo estabelecido**

- **25% do ICMS pertence aos municípios**
- Plano de trabalho apresentado na Assembleia e no TCE inclui revisão dos impactos (1º Sem/2020)
- **Eliminar incentivos sem estudo econômico implica risco de perda de empresas, empregos e receita**

Informações: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/publicacoes/benef%C3%ADcios-fiscais>



“Cobrança de tributos atrasados resolve sozinha o déficit corrente”

“
COBRANDO OU
VENDENDO R\$
40 BILHÕES DE
DÍVIDA ATIVA,
RESOLVE-SE O
DÉFICIT”

- ➔ A dívida ativa tributária em dez/18 totaliza **R\$ 44,5 bilhões**, mas são valores em sua maior parte incobráveis, de **empresas já fechadas, com valor nominal inflado por multas acumuladas há décadas**
- ➔ Provisão para perdas é de R\$ 31,6 bilhões, restando, portanto, **R\$ 13 bilhões passíveis de cobrança**
- ➔ Medidas de cobrança em andamento garantiram **crescimento de 18,6% até agosto/19 nos recebimentos desses valores em relação a 2018** (R\$ 1,72 bilhão, somando SEFAZ e PGE)



“Combate à sonegação”

COMBATENDO A SONEGAÇÃO DE IMPOSTOS, NÃO FALTARIAM RECURSOS



Operações de fiscalização passaram de 12 para 25 nos oito primeiros meses de 2019;



Valor julgado no contencioso da SEFAZ **cresceu de R\$ 771 milhões (2018) para R\$ 4,2 bilhões (2019)**, agilizando as fases seguintes da cobrança;



Prazo de apreciação dos processos administrativos da SEFAZ caiu cerca de 25% em 2019



“Recebendo a Lei Kandir, acaba dívida do Estado com a União”

➡ **Estudo do TCU de agosto/19 remetido ao STF defende que não cabem mais repasses da Lei Kandir:**

“até a realização do presente trabalho, as disposições do § 2º do art. 91 do ADCT não tinham sido avaliadas. Uma vez realizados os cálculos e constatada a implementação da condição estabelecida nesse dispositivo para cessação dos repasses, **torna-se inconstitucional a sua manutenção com fundamento no art. 91 do ADCT.**”

➡ Governo do RS tem ativamente participado da mediação nacional com o STF, **mas não há qualquer perspectiva de indenização bilionária aos Estados**

➡ Discussão atual no STF concentra-se na substituição dos antigos repasses de Kandir e FEX (cerca de R\$ 300 milhões anuais) por outras formas de repasses federativos (Cessão Onerosa, Fundo Social)

➡ De toda forma, **Estado não paga a dívida com a União desde agosto de 2017**



“O déficit da previdência é decrescente (segundo informações do próprio Estado na LDO) e, portanto, se resolverá com o tempo”

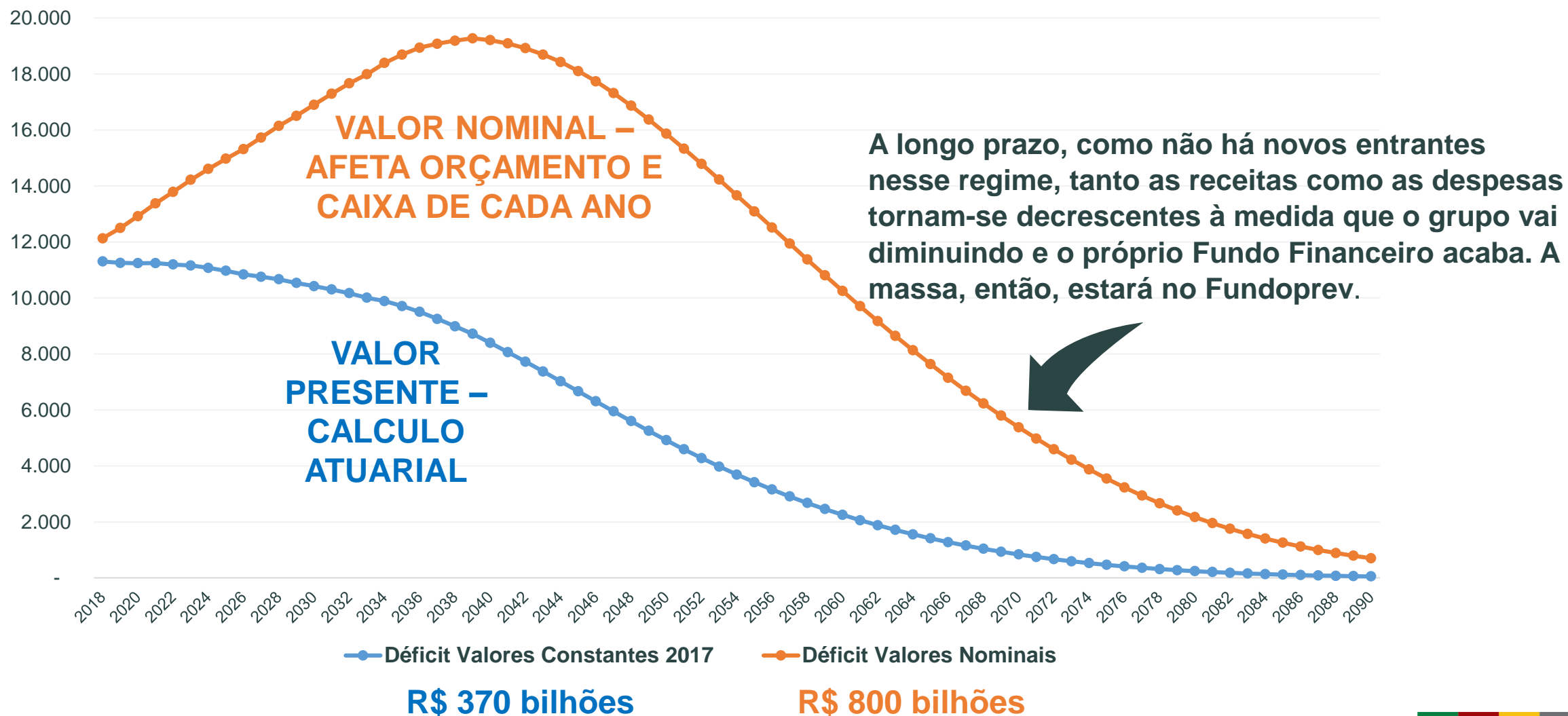
O Anexo I.b da LDO apresenta o Demonstrativo da Projeção Atuarial de acordo com padrão federal. Quando do envio do projeto da LDO 2020, a última Avaliação Atuarial (2018) tinha como data-base valores de 31/12/17. Os dados da avaliação atuarial 31/12/18 estão prontos e não tiveram alterações relevantes.

Porque os valores ali apresentados para os anos futuros são decrescentes?

- Os valores projetados de déficit ano a ano são apresentados em valores constantes (sem inflação). Por exemplo, o valor do déficit projetado para 2019 do Demonstrativo (R\$ 11,3 bilhões), quando corrigido pela inflação do período, corresponderia a R\$ 12,2 bilhões em valores de 2019 (déficit efetivo no caixa de 2019).
- Como não há novos entrantes nesse regime, tanto as receitas como as despesas tornam-se decrescentes à medida que o grupo vai diminuindo e o próprio Fundo acaba.
- O déficit atuarial superior a R\$ 370 bilhões está a valores constantes da data-base (deflacionados). Somando os valores nominais até 2091, o déficit total seria superior a R\$ 800 bilhões (considerando inflação de 3,5%).

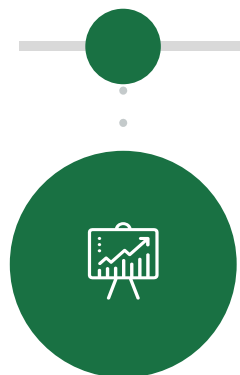


Projeção Déficit Previdenciário – Fundo Financeiro – R\$ milhões



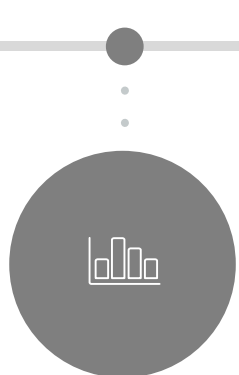
MUDANÇAS

Medidas de Sustentabilidade Fiscal precisam estar concentradas em receitas e despesas correntes



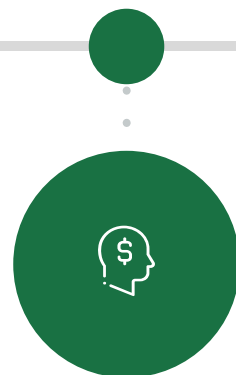
PREVIDÊNCIA

- Revisão das alíquotas e bases de cálculo;
- Regras Federais de idade mínima e tempo de contribuição.



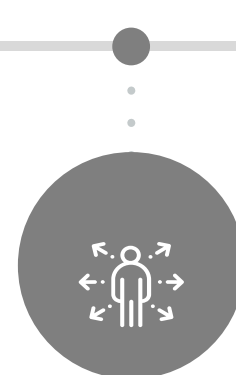
CONTENÇÃO DA DESPESA VEGETATIVA

- Avanços, Triênios e Adicionais por Tempo de Serviço;
- Incorporação de Funções Gratificadas
- Redução Gratificação de Permanência e AIPSA.



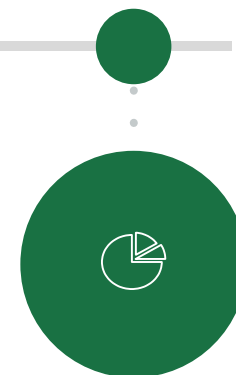
CARGOS COMISSIONADOS

- 20% dos cargos bloqueados;
- Menos de 2% da Despesa Total.



ISENÇÕES E BENEFÍCIOS FISCAIS

- Ampla transparência seguindo a legislação;
- Revisão dos benefícios com base em estudos econômicos de impacto.



PROGRAMA RECEITA 2030

- Reforma Tributária e novos parâmetros de relacionamento com contribuinte.

Receitas Extraordinárias, Privatizações / Concessões e os alongamentos nos pagamentos de Dívida e Precatórios garantem alívios no fluxo de caixa mas não a sustentabilidade fiscal



Medidas – Modernização

**Melhorias no
Abono Família**

**Desburocratização
da Perícia Médica**

**Férias em Três
Períodos**

**Redução no
Abatimento do
Vale Refeição**

**Recondução de
Cargo a Pedido do
Servidor**

Banco de Horas

**Possibilidade de
Redução de Carga
Horária a Pedido**

**Inclusão da
Possibilidade de
Teletrabalho**

**Regulamentação
de Afastamentos
para Pós-
graduação**



Abono Família – redistribuição dos gastos para menores rendas

ATUAL

- R\$ 44,41 para cada dependente todas as faixas de renda
- R\$ 133,23 para os dependentes especiais
- 52.089 vínculos recebem (18.513 do Magistério)

PROPOSTA

- R\$ 120,00 para cada dependente para remuneração até R\$ 3.000
- R\$ 195,00 para os dependentes especiais
- 17.320 vínculos recebem (11.899 do Magistério)



ATUAL

- R\$ 10,11 por vale refeição para todas as faixas de renda (ativos, 101 mil vínculos optantes)
- Desconto de 6% do que excede R\$ 888 de salário (após IPE Prev, IPE Saúde e IRRF)
- 1.355 servidores isentos de contrapartida (997 do Magistério)

PROPOSTA

- Desconto de 6% do que excede a 2 SM de salário (após IPE Prev, IPE Saúde e IRRF)
- Na prática, isentará para remuneração até R\$ 2.250
- 36.874 servidores passarão a ser isentos de contrapartida, dos quais 23.640 do Magistério



Mandato Classista

- Vedar recebimento de gratificações relacionadas ao cargo e/ou função enquanto estiver em mandato classista;

Hipóteses de perda de Cargo

- Reprovação em avaliação periódica de desempenho;
- Excesso de despesa com pessoal, conforme CF.

Afastamentos

- Revogar afastamento para participação em assembleias e atividades sindicais como de efetivo exercício.

Aposentadorias por Invalidez

- Vedar Investidura e Aposentadoria por Invalidez por Doenças Preexistentes;
- Explicitar que aposentadoria por invalidez ocorram nos casos em que o readaptando ou reintegrando seja absolutamente incapaz para o serviço público.



Licença Aposentadoria

- Retirar da Constituição e levar o regramento para Lei Específica.

Remuneração de Servidor Preso

- Compatibilizar com regra geral, na qual presos não recebem remuneração do empregador.

Diárias e Ajuda de Custos

- Vedar nos casos de deslocamentos a pedido do servidor, ao se afastar do cargo para mandatos eletivos e para casos de provimento originário;
- Vedar diárias para deslocamentos dentro de regiões;

Medidas — Previdência

- Revisão de alíquotas, com regime progressivo (14% até teto INSS; depois 16% até R\$ 20 mil; e 18% acima);
- Aumento da base de cálculo de inativos;
- Regras Federais de idade mínima, tempo de contribuição, categorias especiais e transição para os civis (PEC 06);
- Regras Federais de tempo de contribuição (35a H/M) e transição para os militares do PL 1645.

Salário ou Provento	Alíquota Efetiva Servidor Ativo	Contribuição Ativo Atual	Contribuição Ativo Proposta	Efeito Líquido IR	Alíquota Efetiva Servidor Inativo	Contribuição Inativo Atual	Contribuição Inativo Proposta	Efeito Líquido IR
998,00	14,00%	139,72	139,72	-	0,00%	-	-	-
1.500,00	14,00%	210,00	210,00	-	4,69%	-	70,28	70,28
2.000,00	14,00%	280,00	280,00	-	7,01%	-	140,28	133,08
3.000,00	14,00%	420,00	420,00	-	9,34%	-	280,28	246,26
4.000,00	14,00%	560,00	560,00	-	10,51%	-	420,28	338,57
5.839,45	14,00%	817,52	817,52	-	11,61%	-	677,80	491,41
8.000,00	14,54%	1.120,00	1.163,21	31,33	12,79%	302,48	1.023,49	522,74
10.000,00	14,83%	1.400,00	1.483,21	60,33	13,43%	582,48	1.343,49	551,74
15.000,00	15,22%	2.100,00	2.283,21	132,83	14,29%	1.282,48	2.143,49	624,24
20.000,00	15,42%	2.800,00	3.083,21	205,33	14,72%	1.982,48	2.943,49	696,74
25.000,00	15,93%	3.500,00	3.983,21	350,33	15,37%	2.682,48	3.843,49	841,74
30.000,00	16,28%	4.200,00	4.883,21	495,33	15,81%	3.382,48	4.743,49	986,74
39.000,00	16,67%	5.460,00	6.503,21	756,33	16,32%	4.642,48	6.363,49	1.247,74

Valores incluem a ampliação da base de cálculo, as novas alíquotas e a redução do IRPF.



RESUMO EXECUTIVO

Maiores Impactos

Vantagens Temporais – Cíveis e Militares

Incorporações de Funções (FG, AS, GE e GD) – Cíveis e Militares

Redução na Gratificação de Permanência – Cíveis

Redução no Abono de Incentivo à Permanência no Serviço Ativo (AIPSA) – Militares

Maiores Aportes

Abono Família

Vale Refeição

Magistério

Previdência

Ampliação da base de Cálculo das Contribuições de Inativos

Alteração de Alíquotas para Regime Progressivo

Aplicação dos parâmetros de Inatividade da PEC 06/2019 e do PL 1645/19 (Servidor Federal Civil e Militar)

IMPACTO FISCAL EM 10 ANOS:

R\$ 25 bilhões





GOV
RS
NOVAS FAÇANHAS

